

Editorial

Editorial

Diretora da J², Cristiane Sousa Reis¹

¹E-mail: csouzareis@gmail.com

Universidade Federal Fluminense

O Jornal Jurídico (J²) é uma publicação acadêmica semestral, que tem por foco e escopo a divulgação de trabalhos científicos da área do Direito e sua transversalidade, sob um olhar crítico, privilegiando pesquisas interdisciplinares e correlacionadas com o campo jurídico, com o objetivo de divulgar a língua portuguesa na CPLP.

Imerso neste espírito, a primeira edição do Jornal Jurídico J² é composta por três artigos científicos selecionados conforme as regras definidas no processo de avaliação por pares, seguindo uma avaliação preliminar (*desk review*) e posterior avaliação cega por pares, conhecida por (*double blind review*), realizada por dois consultores *ad hoc*.

O primeiro artigo intitulado *O capital simbólico das decisões judiciais em versos e o acesso à Justiça*, dedica-se à reflexão dos discursos contidos nas decisões judiciais, sobretudo em razão das palavras rebuscadas utilizadas, analisando, em contraponto à rigidez da estrutura formal das decisões judiciais, analisou-se alguns pronunciamentos judiciais proferidos em versos, buscando saber até que ponto esses atos judiciais assim enunciados retiram a dimensão de poder sobre os usuários do Poder Judiciário, diminuindo seu capital simbólico. Interessou também avaliar em qual medida esses atos aproximam os utentes do Poder Judiciário, facilitando o acesso ao Direito.

O segundo artigo, intitulado *Fundo de Garantia Social – O prazo para requerer o pagamento dos créditos laborais e a sua (in)compatibilidade com o Direito Comunitário e a Constituição* traz uma importante questão aos leitores que é a análise do prazo do trabalhador para requerer o Fundo de Garantia Social, que garante o pagamento dos créditos emergentes de contrato de trabalho, de sua violação ou de sua cessação, que não possam ser pagos pelo empregador por motivo de insolvência ou dificuldade financeira, apresentando, ao final do texto, uma sugestão à problemática levantada.

Já o terceiro artigo intitula-se *O (in)efetivo acesso à justiça no emprego público* traz-nos uma relevante discussão sobre o direito de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva na esfera do emprego público, questionando a própria competência do tribunal. Serão os tribunais administrativos e fiscais os mais competentes para conhecer de litígios na área suscitada?

Haveria maior efetividade no âmbito dos juízos do trabalho? São estas as perguntas que a autora vem responder, com grande relevância ao aprofundamento dos direitos fundamentais.

Tendo-se apresentado os artigos que constam desta primeira edição, convida-se os leitores à uma leitura criteriosa, crítica dos trabalhos aqui apresentados e que contribuem ainda mais com a produção acadêmica dos temas propostos e instigantes, deixando, desde já, o convite a futuras participações, para promovermos ainda mais o debate e enriquecermos o campo jurídico sob uma perspectiva crítica, inovadora.

Cristiane Reis



O trabalho do Jornal Jurídico está
licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0
Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).